



ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE

CONSELHO PROVINCIAL DE SOFALA

INTERVENCAO DO PRESIDENTE DO CONSELHO PROVINCIAL DE SOFALA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE POR OCASIÃO DA CERIMONIA DE ABERTURA DO ANO JUDICIAL DE 2013

- Sua Excelência Senhor Governador da Província de Sofala
- Meritíssimo Senhor Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província de Sofala
- Digníssimo Senhor Procurador-Chefe Provincial de Sofala
- Exmo Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Beira
- Exmo Senhor Comandante Provincial da PRM em Sofala
- Caros Colegas Advogados, Advogados Estagiários,
- Prezados Magistrados Judiciais e do Ministério Público
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

Pretende-se hoje, com a realização da presente cerimonia e a semelhança de anos anteriores, assinalar o início de mais um ano de trabalho, muito e ardo trabalho, a abertura do ano judicial, mantendo-se assim uma velha e importante tradição e imperativo legal.

Iniciamos o presente ano judicial, como em outros anteriores, com a sempre firme e determinante convicção de, como servidores da justiça, devermos servi-la com dedicação, empenho e sentido de responsabilidade profissional e social.

A Ordem dos Advogados de Moçambique e os seus membros, querem desta forma, aqui e diante de V. Excias reafirmar uma vez mais o seu compromisso de tudo fazer para que a justiça que todos prosseguimos seja administrada com a mais estrita observância da lei e esteja cada ano mais próxima e acessível ao cidadão, pois, entendemos que assim deve ser num Estado de Direito Democrático.

Para que possamos alcançar este nosso desiderato, claro está, obviamente, que não temos a pretensão de o fazermos sozinhos, pelo que é indispensável que todos os seus agentes colaborem e se respeitem reciprocamente, pois só assim estaremos certamente a prestigiar, dignificar e cumprir esta nobre função, ao mesmo tempo que prestigiamos e dignificamos as nossas profissões.

Ao iniciarmos mais um ano judicial, o sentimento é o mesmo com que iniciamos o ano anterior, ou seja, de que a nossa justiça está em crise, sendo que se tornou aparentemente algo normal, que, caso não se faça muito mais do que o pouco que se tem sido feito ao longo do tempo, tal facto se esvaziara de sentido.

Instalou-se na nossa sociedade um sentimento de profunda desconfiança que atinge sobretudo as instituições públicas e os órgãos do estado, sendo que a justiça não é excepção.

Não se confia no juiz que julga porque muitos deles não possuem as qualidades pessoais necessárias ao bom desempenho dessa função – não possuem a calma, a sensatez e a maturidade necessárias a um julgador - e alguns deles parecem mais preocupados em exibir os seus enormes poderes do que em fazer justiça com isenção, com imparcialidade e com rectidão.

Infelizmente, no dia-a-dia e no exercício da nossa profissão, constatamos que alguns juízes parecem estar mais interessados em mostrar poder para serem temidos do que em decidir bem para serem respeitados.

A situação atingiu tais dimensões que já não se pode confiar no Advogado, porque os poderes de estado, incluindo o poder judicial, estão a desrespeitar as suas prerrogativas funcionais previstas na Constituição e consignadas em leis vigentes.

Assiste-se ainda ao desrespeito evidenciado por parte de alguns magistrados em relação às prerrogativas e imunidades que a CRM prevê e que a Lei que aprova o próprio Estatuto da Ordem dos Advogados estabelecem para os advogados e advogados estagiários moçambicanos.

É preciso que os magistrados sejam respeitados mas é igualmente necessário que eles respeitem os cidadãos e os Advogados nos tribunais; é imperioso que os tribunais respeitem as imunidades dos Advogados.

Como já nos referimos em momentos anteriores e em cerimónia como esta, trata-se de prerrogativas e imunidades que, tal como as prerrogativas funcionais dos magistrados, foram criadas não como privilégios corporativos ou pessoais mas sim como garantias dos cidadãos de que poderão confiar nuns e noutros; de que poderão confiar nos Advogados que escolherem para os patrocinar, pois eles - enquanto profissionais independentes e titulares de uma função constitucional - não poderão ser alvo de medidas que diminuam o alcance prático e normativo dessas garantias.

Infelizmente, continuamos a assistir ainda nos nossos tribunais a agressões morais a Advogados, uma gritante falta de respeito e consideração pelos advogados que não são apenas desprestigiante para o estado de direito, mas sobretudo constituem graves ameaças ao próprio estado de direito.

Magistrados há que continuam sem conseguir cumprir os horários que eles próprios fixam para as diligências judiciais, audições e mesmo para a realização do julgamento, deixando assim o cidadão e o seu representante horas a espera do magistrado, que por vezes até se encontra confinado no seu gabinete e, quando se decide a iniciar o julgamento, nem se quer tem a sensatez e a boa educação de disfarçar um pedido de desculpas pelo seu atraso.

Prevalece a desorganização e a falta de coordenação nos cartórios. Situações de julgamentos marcados com considerável antecedência, são adiados no próprio dia do julgamento, porque o cartório só nesse dia constatou que uma das partes, a testemunha ou declarante não foi notificado, quando o devia, o que denota falta de rigor, desorganização e desleixo na execução das suas funções, com graves repercussões e prejuízos na vida do cidadão, acentuando assim o descrédito da nossa justiça.

Condenam-se advogados em multas pelo facto de alguns magistrados se recusarem a cumprir disposições de carácter imperativo, que obrigam a secretarias judiciais e ao cartórios a concertarem com os advogados intervenientes nos processos, as datas da realização de uma determinada diligência ou julgamento, concorrendo desta forma para

o avolumar de processos por decidir, resultantes dos adiamentos que o legislador pretendeu diminuir com a marcação dessas datas de forma concertada, aumentando assim a produção dos próprios tribunais.

Infelizmente, como dizia um Ilustre Bastonário que recentemente esteve entre nós, e que passo a citar, *"... um juiz que cumpra com probidade e recato os seus deveres funcionais e aplicar a lei com respeito pelos critérios legais estabelecidos, com ponderação, com sensatez, com respeito pelos direitos dos arguidos e dos seus mandatários, estará condenado a um quotidiano anónimo e rotineiro, mas se não cumprir nenhum desses deveres tem sérias possibilidades de se tornar vedeta mediática e herói em alguns sectores da nossa sociedade"*.

Em muitos processos, quando se chega ao julgamento, já não é a acusação que tem de demonstrar a culpa dos arguidos; são estes que têm provar a sua inocência, em processos muito mal instruídos, com diligências ordenadas e não cumpridas, com os prazos quase sempre esgotados, visando unicamente a condenação do arguido e quase sempre em desrespeito pelo princípio constitucional de presunção da inocência.

E intrigante e preocupante a forma como tendenciosamente os arguidos, em processo sumários ou de Policia correccional resultante de acidentes de viação, são invariavelmente os culpados. Sobre esta matéria, dos acidentes de viação, continuamos a assistir detenções de automobilistas envolvidos em acidentes de viação, quase sempre em desrespeito pelas novas e requisitos emanados do novo Código de Estradas, bem como, das leis processuais penais.

Alguns comandantes e oficiais das nossas esquadras continuam sem conhecer os direitos do cidadão a livre escolha seu advogado e o direito de ser por este acompanhado e assistido sempre que e chamado a intervir em algum processo, mesmo que seja para uma simples audição.

Não faz por isso qualquer sentido que o cidadão, notificado para comparecer numa esquadra, muitas vezes sem saber as causas de tal notificação, seja obrigado a convidar o seu advogado para o aguardar do lado de fora da esquadra.

Acusa-se por tudo e mais alguma coisa e, o mais grave de tudo, condena-se por quase nada.

Os magistrados que assim actuam podem ser temidos mas nunca serão respeitados.

E, numa sociedade democrática, não tem futuro uma justiça que não é respeitada pelos cidadãos a quem se destina.

Os tribunais são órgãos que administram a justiça em nome do povo.

A administração da justiça assenta em três funções complementares entre si que são exercidas por juízes, por procuradores e por advogados.

Não há tribunais quando faltam os titulares de alguma dessas funções.

Exmo senhor Governador da Província de Sofala

Meritíssimo Juiz Presidente,

Digníssimo Procuradora Provincial Chefe

Exmo Senhor Presidente do CMCB

Senhor Comandante Provincial da PRM,

Caros colegas, advogados e advogados estagiários

Estimados magistrados judiciais e do ministério publico

Continua a ser enorme e angustiante a morosidade processual nos nossos tribunais. Processos de pequena dimensão e complexidade, demoram tanto quanto os processos de maior complexidade.

A justiça atrasada não é justiça, senão injustiça, qualificada e manifesta. O factor tempo no processo judicial constitui, desde há muito, a mola propulsora do principal motivo de crise da justiça. A nossa Constituição consagra o direito de acesso à justiça e, também, a tempestividade e a efectividade desse acesso. A demora ou a ausência de uma decisão pode ser pior para o cidadão que uma decisão desfavorável.

A administração da justiça tem a sua legitimidade condicionada à credibilidade social. “E essa credibilidade, por sua vez, não resiste à exacerbação da justa insatisfação popular com a ineficiência, o custo, a lentidão do funcionamento do aparelho da Justiça, dos quais decorre a impressão há muito difundida do carácter socialmente discriminatório dos resultados da administração da justiça.

Urge portanto que sejam adoptadas medidas que visem por cobro a este flagelo da justiça e do funcionamento dos nossos tribunais, tornando-os mais céleres mais próximos e acessível ao cidadão, pois, é assim que deve ser num Estado de Direito Democrático.

As reformas em curso, bem como as que foram realizadas em anos anteriores, nomeadamente as reformas do Código Civil, a criação e entrada em funcionamento dos tribunais provinciais administrativos e dos tribunais superiores de recurso, a ampliação das competências dos tribunais distritais e o aumento da afectação ao sistema de justiça de profissionais com formação superior, apesar de serem muito positivas e encorajadoras, não respondem ainda à medida do que são os desejos e expectativas do cidadão à quem se destinam os resultados dessas reformas.

Por isso, o nosso aparelho de administração da justiça continua a clamar por uma reforma mais profunda e abrangente, uma reforma que não vise resolver problemas pontuais e do momento.

Para o efeito, a Ordem dos Advogados de Moçambique continuará a defender o Estado de Direito Democrático, os direitos e liberdades fundamentais e a participar na boa administração da justiça, promovendo o acesso à justiça, nos termos da Constituição e demais legislação, contribuindo para o desenvolvimento da cultura jurídica, para o conhecimento e aperfeiçoamento do Direito e a pronunciar-se sobre os projectos de diplomas legais que interessem ao exercício da advocacia, ao foro judicial e a investigação criminal.

Aqui chegado, termino como comecei, reafirmando uma vez mais o compromisso da OAM de tudo fazer para que a justiça que todos prosseguimos seja administrada com a mais estrita observância da lei e esteja cada ano mais próxima e acessível ao cidadão.

Pela atenção dispensada, muito obrigado!

Beira, 01 de Março de 2013

Pedro Miguel Abreu

Presidente do Conselho Provincial de Sofala da Ordem dos Advogados de Moçambique